



EDGE COMERCIALIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 19.046.324/0001-99

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais)						Demonstrações dos resultados (Em milhares de Reais)					
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos											
Caixa e equivalentes de caixa	9	436.934	296.257	Passivos				Receita operacional líquida	22	3.144.544	1.561.111
Caixa restrito	10	37.331	18.566	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	392.139	523.634	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(3.430.754)	(1.601.056)
Títulos e valores mobiliários	10	12.224	9.353	Passivos de arrendamento		1.182	-	Resultado bruto		(286.210)	(39.945)
Contas a receber	11	274.862	34.011	Instrumentos financeiros derivativos	8	21.149	9.488	Despesas de vendas	23	(27.226)	(20.919)
Instrumentos financeiros derivativos	8	11.843	68.125	Fornecedores	19.1	453.472	211.600	Despesas gerais e administrativas	23	(111.585)	(83.653)
Estoque	12	19.109	67.576	Ordenados e salários a pagar		31.387	25.085	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	576.079	(40.555)
Receíveis de partes relacionadas	13	142.257	223.315	Imposto de renda e contribuição social correntes		2.006	1.391			437.268	(145.127)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		32.256	9.261	Outros tributos a pagar		2.324	27.441	Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido			
Outros tributos a recuperar	14	40.022	6.856	Pagáveis a partes relacionadas	13	58.579	53.200	Equivalência patrimonial em subsidiárias	15	151.058	(185.072)
Dividendos a receber	15.1	666	1.013	Outras contas a pagar	19.2	29.983	23.544	Resultado de equivalência patrimonial		(4.999)	1.276
Outros ativos		56.358	34.005	Passivo circulante		992.221	875.383	Despesas financeiras		(64.631)	(25.529)
Ativo circulante		1.063.862	768.338	Passivos de arrendamento		3.150	-	Receitas financeiras		50.193	30.207
Caixa restrito	10	-	24.312	Ordenados e salários a pagar		3.170	977	Variação cambial, líquida		22.851	(95.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	246.641	265.589	Outras contas a pagar	19.2	3.836	5.152	Efeito líquido dos derivativos		(43.633)	52.663
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		339	340	Passivo não circulante		10.156	6.129	Resultado financeiro líquido	25	(35.220)	(38.182)
Outros tributos a recuperar	14	20.422	14.996	Total do passivo		1.002.377	881.512	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		110.839	(221.978)
Investimentos	15	242.964	247.963	Patrimônio líquido	21			Imposto de renda e contribuição social	20		
Imobilizado	16	240.281	71.771	Capital social		1.192.806	916.105	Corrente		(16.942)	-
Intangível	17	163.914	121.643	Outros resultados abrangentes		(3.071)	-	Diferido		(20.530)	74.528
Direito de uso		4.391	-	Prejuízos acumulados		(209.298)	(282.665)			(37.472)	74.528
Ativo não circulante		918.952	746.614	Total do patrimônio líquido		980.437	633.440	Resultado líquido do exercício		73.367	(147.450)
Total do ativo		1.982.814	1.514.952	Total do passivo e patrimônio líquido		1.982.814	1.514.952	As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.			
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.											
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)											
	Nota	Capital social	Outros componentes do patrimônio líquido	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)				
							Nota	31/12/2025	31/12/2024		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		916.105	-	(282.665)	633.440						
Resultado líquido do exercício		-	-	73.367	73.367						
Resultados abrangentes:											
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa líquido de imposto	8	-	(3.071)	-	(3.071)						
Total de outros resultados abrangentes				73.367	70.296						
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:											
Aumento de capital	21	276.701	-	-	276.701						
Total de contribuições e distribuições		276.701	-	-	276.701						
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.192.806	(3.071)	(209.298)	980.437						
	Nota	Capital social	Outros componentes do patrimônio líquido	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)				
							Nota	31/12/2025	31/12/2024		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		916.105	(1.876)	(135.215)	779.014						
Resultado líquido do exercício		-	-	(147.450)	(147.450)						
Resultados abrangentes:											
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa líquido de imposto	8	-	1.876	-	1.876						
Total de outros resultados abrangentes			1.876	(147.450)	(145.574)						
Saldo em 31 de dezembro de 2024		916.105	-	(282.665)	633.440						
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.											
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)											
1. Contexto operacional: A Edge Comercialização S.A. ("Companhia"), é uma sociedade de capital fechado com sede em São Paulo - SP, constituída em 10 de outubro de 2013, cujo objetivo é (i) compra e venda de gás natural (seja em sua forma gasosa, líquida ou comprimida), com a finalidade de trazer flexibilidade e concorrência ao mercado brasileiro, e (ii) participação no capital de outras sociedades. A Companhia é controlada pela Edge Participações Ltda. e tem como controlador final o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 71.641 representando uma melhora relevante em relação ao saldo negativo de R\$ 107.045 em 31 de dezembro de 2024, devido ao avanço em sua estratégia de crescimento no mercado livre, ampliando sua atuação e expandindo suas atividades operacionais. A Companhia faz parte de um grupo econômico relevante e gerencia de forma integrada os fluxos de caixa operacionais, de investimentos e de financiamentos. Impactos da Reforma Tributária: Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2025 e 2026. A Companhia está adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis. 2. Declaração de conformidade: Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). A apresentação das demonstrações consolidadas é facultativa, pois a Companhia está em conformidade com CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, assim como, IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, parágrafo 4(A) e seus desdobramentos. Dessa forma, a Companhia apresentou somente as demonstrações financeiras individuais, cuja consolidação está sendo apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas por meio da acionista Edge Participações Ltda. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 6. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. A Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na análise da Administração, não possui passivos contingentes relevantes que demandem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos termos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Alta Administração em 27 de fevereiro de 2026. 3. Políticas contábeis: As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: 3.1. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.2. Uso de julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo. • Nota 12 - determinação do valor recuperável dos estoques. • Nota 16 - avaliação de recuperabilidade do ativo imobilizado. • Nota 17 - avaliação da recuperabilidade do ativo intangível. • Nota 20 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. 4. Normas contábeis: 4.1. Novas normas vigentes a partir de 2025: Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes das alterações em suas demonstrações financeiras e notas explicativas. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas <i>Environmental, Social and Governance</i> ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de											
passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. 5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil: A classificação dos ativos financeiros é baseada em dois critérios: • o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e • características contratuais dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: • é mantido para negociação; • é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou • é designado como tal no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: • Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. • Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:											
	Nota	31/12/2025	31/12/2024								
Ativos											
Custo amortizado											
Caixa e equivalentes de caixa	9	432.886	284.803								
Caixa restrito	10	37.331	42.878								
Contas a receber	11	274.862	34.011								
Receíveis de partes relacionadas	13	142.257	223.315								
Dividendos a receber	15	666	1.013								
Total		888.002	586.020								
Valor justo por meio do resultado											
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.048	11.454								
Títulos e valores mobiliários	10	12.224	9.353								
Instrumentos financeiros derivativos	8	11.843	68.125								
Total		28.115	88.932								
Total		916.117	674.952								
Passivos											
Custo amortizado											
Empréstimos e financiamentos	18	(392.139)	(523.634)								
Passivos de arrendamento		(4.332)	-								
Fornecedores	19.1	(453.472)	(211.600)								
Outras contas a pagar	19.2	(21.965)	(16.334)								
Pagáveis a partes relacionadas	13	(58.579)	(53.200)								
Total		(930.487)	(804.768)								
Valor justo por meio do resultado											
Instrumentos financeiros derivativos	8	(21.149)	(9.488)								
Outras contas a pagar	19.2	(11.854)	(12.362)								
Total		(33.003)	(21.850)								
Total		(963.490)	(826.618)								
6. Mensuração de valor justo: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos negociados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • Nível 3: utilizam as entradas para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: • o uso de preços de mercado cotados; • para swaps é utilizado o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e • para outros instrumentos financeiros é analisado o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2. A Administração regularmente revisa as entradas não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.											
	Nota	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3						
Ativos											
Aplicações em fundos de investimento	9	4.048	-	11.454	-						
Títulos e valores mobiliários	10	12.224	-	9.353	-						
Instrumentos financeiros derivativos	8	11.843	-	68.125	-						
Total		28.115	-	88.932	-						
Passivos											
Instrumentos financeiros derivativos	8	(21.149)	-	(9.488)	-						
Outras contas a pagar ⁽ⁱⁱ⁾	19.2	-	(11.854)	-	(12.362)						
Total		(21.149)	(11.854)	(9.488)	(12.362)						
⁽ⁱ⁾ As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. ⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à contraprestação contingente (<i>earn-out</i>) negociada no processo de aquisição da Biometano, mensurada a valor justo por meio de técnica de avaliação baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados. A mensuração considera a atualização monetária prevista contratualmente. 7. Gestão de risco financeiro: O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de preço, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e											

